

A criação de espaços públicos a partir da expansão urbana de Macapá, Amapá

ET 02: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM
ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Thaís de Araújo Oliveira/Universidade Federal do Paraná/thaisaraujo@ufpr.br

RESUMO

Para entender a criação dos espaços públicos em Macapá-AP, é preciso observar os atravessamentos de sua expansão urbana, no qual se evidenciam inúmeros conflitos urbanos e processos políticos à margem da cidade formal. O artigo retrata as políticas públicas do Plano Diretor defasado e da rápida expansão da cidade, fatores estes que foram pontos-chave para a provisão escassa de espaços públicos no município. Por objetivo, o artigo propõe analisar a dinâmica dos espaços públicos em Macapá, Amapá, perante do aparecimento de novos usos, assimilações e problemáticas ligadas à expansão urbana no contexto das cidades amazônicas. Para tanto, o conteúdo se ampara em levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, pontuando as causas e consequências da forma de provisão dos espaços públicos e de que maneira a existência destes lugares resultou na criação de novos usos, olhares e perspectivas para o espaço público de Macapá. Como resultado, se verifica que os espaços de uso genuinamente público se diluem por todos os cantos da cidade de Macapá, lado a lado com os espaços públicos habituais, gerando raízes no território.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem; espaço público; planejamento urbano; amazônia; macapá.

ABSTRACT

To understand the creation of public spaces in Macapá-AP, it is necessary to observe the intersections of its urban expansion, in which numerous urban conflicts and political processes on the margins of the formal city are evident. The article portrays the public policies of the outdated Master Plan and the rapid expansion of the city, factors that were key points for the scarce provision of public spaces in the municipality. Objectively, the article proposes to analyze the dynamics of public spaces in Macapá, Amapá, given the emergence of new uses, assimilations and problems linked to urban expansion in the context of Amazonian cities. To this end, the content is based on a bibliographical survey and field research, highlighting the causes and consequences of the way in which public spaces are provided and how the existence of these places resulted in the creation of new uses, perspectives and perspectives for the public space of Macapá. As a result, it appears that spaces for genuinely public use are spread throughout every corner of the city of Macapá, side by side with the usual public spaces, generating roots in the territory.

KEYWORDS: landscape; public place; urban planning; amazon; macapá.

1 INTRODUÇÃO

A realidade urbana brasileira teve seu processo seguindo um modelo de urbanização acelerado, no qual se nota a ocorrência das desigualdades socioespaciais. Desta forma, tem-se uma série de problemáticas que influenciam na criação dos espaços públicos, espaços estes que tem papel decisivo na configuração urbana das cidades e suas práticas sociais.

É neste cenário que a expansão urbana contemporânea prova um desacordo entre a qualidade dos espaços públicos, políticas públicas e leis urbanísticas relativas à cidade. Estes espaços públicos tem sido cada vez mais idealizados à revelia de leis e políticas públicas, pensando-se na quantidade de obras propostas e deixando-se de lado aspectos importantes como:



acessibilidade e diversidades de uso, sobretudo, esquecendo-se das demandas as que exigem a participação social para a criação de espaços públicos que traduzam e materializem características locais.

Portanto, aqui se destacam os conflitos urbanos nos espaços públicos, provenientes do processo de expansão urbana e da cidade produzida, que estão aquém de processos políticos participativos, que envolvam a comunidade e as reais demandas sociais, ficando à margem do que se denomina cidade formal.

Desta maneira, o objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica dos espaços públicos em Macapá, Amapá, perante do aparecimento de novos usos, assimilações e problemáticas ligadas à expansão urbana no contexto das cidades amazônicas, no qual é possível observar fatores que influenciam nas dinâmicas dos espaços públicos contemporâneos, impulsionados pelas novas formas de expansão urbana na cidade. A discussão aqui abordada se ampara metodologicamente a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, teses, dissertações e artigos aliados à pesquisa de campo, percorrendo e analisando os espaços públicos inseridos na malha urbana de Macapá, Amapá.

2 DO ESPAÇO URBANO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

O espaço urbano é reconhecido como um produto de escala maior, já que, além de representar uma configuração espacial, ou seja, a forma da cidade e tudo o que ela carrega, é um conceito que conglera diferentes dinâmicas sociais que ocasionam nos fenômenos urbanos, inúmeros instrumentos e conceitos que validam o espaço urbano. Corrêa (2005, p. 9) determina o espaço urbano como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas”, isto é, representa de modo físico as relações e as dinâmicas locais de uma sociedade e os processos que configuram a cidade são viabilizados pela ação dos diversos agentes sociais.

Quanto à caracterização do espaço público no meio urbano, este está atrelado às ocorrências de manifestações sociais, culturais, identitárias. Esta compreensão denota que o espaço público segue tendo o papel, conforme apontado por Panerai (1994, p. 70) de “estrutura fundamental sobre a qual se apoia a grande duração que assegura a permanência da cidade”.

O espaço público, para Nogueira (2003), tem como característica a capacidade de conformar uma rede contínua pela área urbana, assumindo papel que vai além de praças e parques, os espaços públicos

configuram uma rede contínua que se estende em toda a área urbana assumindo diferentes papéis: (i) estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e o entorno territorial; (ii) é o suporte básico para a mobilidade urbana interna, (iii) constitui a referência do parcelamento do solo para a edificação e os usos primários, enquanto que serve de acesso e fachada independente de cada parcela; (iv) torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; (v) provêm de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão; (vi) facilita a obtenção de redes de serviços urbanos (Nogueira, 2003, p.26).

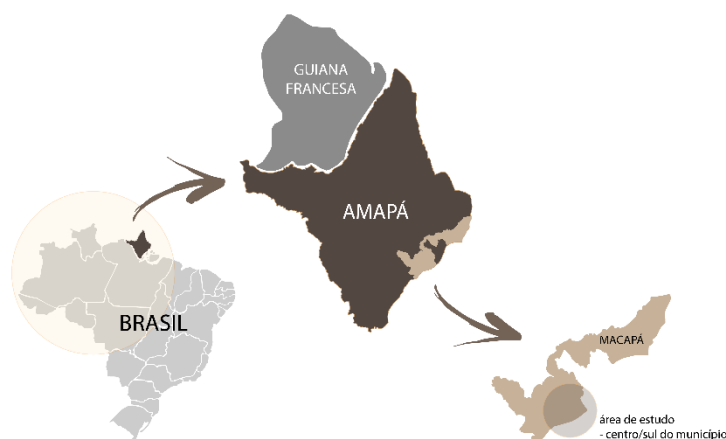
Portanto, o espaço público é um dos principais pilares que organiza a vida nas cidades e colabora para a configuração de um bairro ou região, sendo utilizado como ponto de encontro e referência espacial local. Trata-se de um espaço de convívio da população e sua integração que

dá unidade à cidade. Os espaços públicos atuam como elementos que estruturam e condicionam a malha urbana, tendo função essencial de integração e continuidade territorial, permitindo a circulação de pessoas e a apropriação deste espaço. Desta forma, Matos (2010, p. 20) aponta que “o espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos”.

3 A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MACAPÁ E ALGUMAS IMPLICAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Macapá, sendo uma cidade amazônica, segue um cenário de urbanização tumultuada, aonde, em meio à os diversos conflitos identificados em seu espaço, notam-se aqueles de ordem urbano-ambiental. A capital do Amapá (figura 1) é considerada uma cidade média amazônica. Segundo Amaral (2010), a partir do processo de metropolização da Amazônia, Macapá representa a centralidade do Estado do Amapá e também das ilhas do Marajó, próximas à capital. Trindade Jr. (2009) por seu turno, aponta que tal centralidade é resultado da intensificação dos fluxos entre Belém e Macapá, alcançando o limite fronteiro com a Guiana Francesa.

Figura 1 - Localização de Macapá, Amapá, na região Amazônica.



Fonte: A autora, 2024.

Ainda que Macapá não apresente uma centralidade urbana típica das cidades industrializadas, quando se considera sua influência e estrutura no contexto de cidade média, nota-se uma dinâmica econômica intensa com a metrópole regional Belém e uma conjuntura urbana e econômica forte com a cidade de Santana, segundo maior município do Amapá, depois de Macapá, concentrando grande parte da atividade econômica e populacional do Estado, acarretando no que se denomina “macrocefalia urbana”, que diz respeito a um crescimento acentuado e concentrado de população e atividades comerciais em determinado perímetro urbano (Amaral, 2010).

Sposito *et al.* (2007) destacam o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional. No mesmo sentido, Corrêa (2007) chama atenção para a centralização da oferta de bens e serviços para uma “hinterlândia regional”, onde este conceito diz respeito à um território atrelado à costa marinha ou a um rio, servido por meio ou vias de transportes terrestres, fluviais ou lacustres para a qual se encaminham de forma direta as

mercadorias desembarcadas no porto, ou seja, a localização da cidade média permite o incremento de atividades voltadas ao mercado nacional.

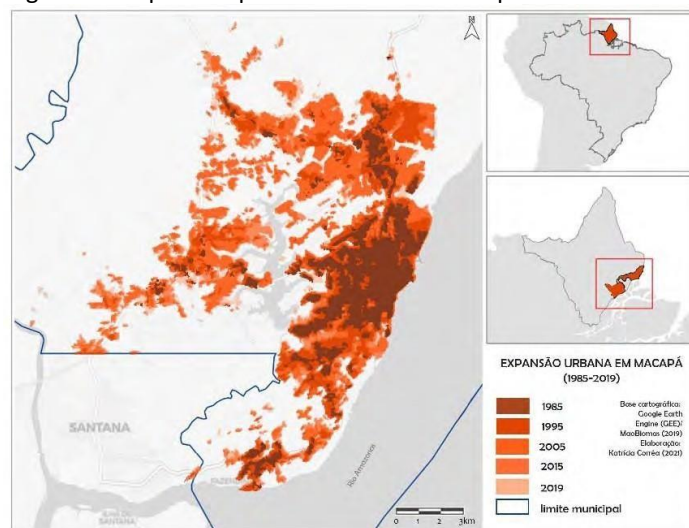
Macapá é a capital e a maior cidade do Amapá. Localizada na Amazônia Setentrional, atualmente, mais de 95,7% de sua população reside no ambiente urbano (IBGE, 2017). Sua história mostra que seu crescimento urbano, até a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, através da Constituição Federal de 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos voltados à exploração, ligados: ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia.

Quanto ao planejamento urbano da cidade, o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Macapá, desenvolvido pela fundação João Pinheiro, em 1973, sinaliza que as áreas disponíveis para expansão não supririam as demandas de crescimento populacional, assim sugere então, a expansão da zona sul da cidade ao longo da rodovia JK, na estrada Macapá/Fazendinha (Pereira, 2013).

É a partir da década de 1990, que novos fluxos econômicos, sociais e demográficos, novos atores e novas redes se configuram no espaço da sub-região de Macapá. Dentre eles, cabe citar a fragmentação política do espaço Amapaense, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), o retorno da mineração, além da expansão da infraestrutura energética, bem como novas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Os censos do IBGE (1990, 2010) mostram que, entre 1990 e 2010, logo após o processo de estadualização, a população de Macapá cresceu 136,48%, passando de 132.668 habitantes para 381.214 em 2010. De acordo com o IBGE (2016), a ampliação populacional no Estado do Amapá até 2016 chegou a 268%, e na sub-região de Macapá 270%, quase o mesmo percentual nesse período e continua a crescer progressivamente. Este fator implica diretamente sobre a expansão espacial da cidade (figura 2), inferindo na consolidação de uma paisagem de matriz cada vez mais urbana, com o declínio e isolamento de áreas verdes e espaços públicos.

Figura 2 - Mapa de expansão urbana de Macapá de 1985 a 2019.



Fonte: Corrêa, 2021.

A ausência de investimento em planejamento urbano levou a cidade a ampliar seus limites de forma tumultuada, sem o acompanhamento de infraestrutura, formando espaços através de



“invasões”, termo popular que designa a ocupação de uma propriedade ou solo urbano que não cumpre função social conforme previsto no Código Civil, consolidando assim, este modelo característico de urbanização desordenada em Macapá (Souza, 2014).

Outra problemática incidente em Macapá, trata-se da ausência de integração e diálogo entre as diferentes esferas do poder público para a elaboração de planejamentos e a condução de uma gestão urbana efetiva. Por conseguinte, como reflexo da velocidade de expansão da cidade, Silva (2017, p. 433) comenta que, no mesmo período em que o setor privado começa a atuar mais ativamente na produção do espaço urbano de Macapá, ocorre uma “mudança no papel do Estado no que se refere à condução do processo de expansão urbana”. A mudança referida pela autora é a decisão do poder público de priorizar a edificação de conjuntos habitacionais, os quais se diferenciam dos loteamentos populares, uma vez que objetivam a construção de moradias para a população de baixa renda.

Devido ao crescimento acelerado da cidade de Macapá aqui apontado, não houve a efetivação de projetos voltados para os espaços públicos da cidade e a preocupação foi direcionada a fim de suprir mormente as demandas da questão habitacional do município, deixando de lado as necessidades da comunidade que estão voltadas para o âmbito do lazer, bem como o afastamento das raízes culturais e as práticas coletivas e democráticas de se pensar a cidade.

3.1 Das práticas e manifestações insurgentes no Espaço Público

Quanto a prática urbana e usufruto do espaço público no município de Macapá, de acordo com o mapeamento dos espaços públicos disponível no Plano Diretor de 2004, sendo este o ano da última atualização do documento, constam 30 espaços referentes a praças no meio urbano (figura 3). Além disso, o mapeamento levanta os jardins públicos e jardinetes, entretanto, estes não se configuram como praças ou não são espaços que recebem os mesmos usos.

Figura 3 - Mapa de identificação de praças na cidade de Macapá.



Fonte: A autora (2021) com base no Plano Diretor, 2004.

Ainda, conforme o mapa apresentado, é possível notar que os espaços livres públicos mais assistidos e de maior área se localizam na região central da cidade e que outra quantidade relevante destes espaços se manifesta no sentido Zona Sul da cidade. Dos critérios de análise, o fator da localização dos espaços públicos existentes foi o primeiro delimitador, em seguida, a escolha de avaliar a região central e sul se deu por conta do maior crescimento urbano. Em campo foi possível encontrar variados usos e verificar as apropriações do espaço público, visto que, como demonstrado no mapa, outro aspecto da disposição destes espaços é a dispersão na

malha urbana, possivelmente atendendo além do bairro onde estão situadas, mas também os bairros adjacentes. Na cidade de Macapá se verifica então uma má distribuição de espaços públicos que se deu devido à expansão urbana que hoje conta com 28 bairros oficializados.

Para além disto, cabe ressaltar que o mapeamento não abarca os espaços que surgiram de modo espontâneo, nem os que foram criados na última gestão municipal e não traduz mais o quantitativo de espaços públicos livres existentes no município, desta forma, o levantamento em campo foi essencial para registrar os demais espaços e usos dos espaços públicos ainda não formalizados no Plano Diretor defasado. Embora o mapeamento não mostre novas áreas criadas, algumas destas áreas já existentes têm recebido projetos como maneira de revitalizar a cidade, como o Deck da Rua Hildemar Maia (figura 4) que não faz parte do mapeamento do ano de 2004.

Figura 4 - Projeto do Deck da Rua Hildemar Maia em Macapá – AP.



Fonte: Prefeitura de Macapá, 2020.

Observando os espaços públicos de Macapá, principalmente na região central e sul, são percebidos usos com qualidades particulares e que não incumbem uma generalização. O uso destes espaços públicos compete características com relação físico-espacial, pois não possuem áreas similares, variam de tamanho conforme são dispostas na cidade, desta forma, a dimensão destes lugares infere na infraestrutura planejada, pois alguns possuem arborização, pequenos lagos, bancos e decks, enquanto outros pouco possuem aspectos relativos à infraestrutura e não promovem conforto para serem bem utilizados.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA), elaborado em 2004, constitui as diretrizes e normas fundamentais para a ordenação territorial e para que a propriedade urbana desempenhe sua função social. Quanto à criação de espaços públicos, o PDDUA salienta estratégias de qualificação urbana que implicam na provisão dos espaços livres públicos que, quando observadas em prática, são ferramentas que compõem um paralelo com a criação de espaços verdes, como observado no Parque do Forte (figura 5), inaugurado no ano de 2006 ao lado da Fortaleza de São José de Macapá.



Figura 5 - Parque do Forte em Macapá – AP.



Fonte: A autora, 2021.

Quanto as áreas turísticas, o Plano Direto destaca programas, planos e projetos de recuperação e proteção da orla do Rio Amazonas (figura 6), das margens dos igarapés e dos marcos turísticos, que favoreçam a criação de espaços públicos de lazer, desta forma, é possível promover ainda mais o uso de todo o percurso da orla de Macapá, que hoje recebe diariamente inúmeras pessoas para a prática de caminhada, circulam de bicicleta e usam os pequenos decks para contemplação.

Figura 6 – Orla do Rio Amazonas na cidade de Macapá – AP.



Fonte: A autora, 2021.

Os novos usos na Orla de Macapá, como a caminhada, prática de esportes, feiras de rua, bem como a implementação do espaço na agenda de eventos do município fez com que surgissem novos projetos para melhoria do espaço público, como o Trapiche do Santa Inês (figura 7), entregue em agosto de 2023.



Figura 7 - Trapiche do Santa Inês em Macapá – AP.



Fonte: A autora, 2024.

Com o Plano Diretor desatualizado, novas áreas foram surgindo e modificando as dinâmicas previstas para estes espaços, isto é, atingem objetivos diferentes dos apontados pela legislação e partem de uma apropriação voluntária dos habitantes, variando de acordo com normas criadas espontaneamente por esta população, para além disso, reforçam o dever do poder público em colocar os espaços públicos para diversos usos, como por exemplo a Praça do Barão (figura 8), que hoje recebe eventos e shows para a população, organizados pela Prefeitura e mostrando a necessidade de transformação e revitalização.

Figura 8 – Show promovido pela Prefeitura de Macapá na Praça do Barão em Macapá – AP.



Fonte: A autora, 2023.

As extensas partes da cidade que se desenvolvem além das conjecturas urbanísticas, que surgem fora das vistas dos espaços de controle e alheios a qualquer tipo de projeto formalizado configuram, assim, áreas residuais urbanas. Estas passam a existir conforme mudanças dos processos de produção capitalista refletidas no território, definindo as suas formas de acordo com uma rede de espaços residuais, associada à rede de fluxos de pessoas e que foi ganhando força com o passar dos anos.



Logo, diante desta manifestação social de apropriação dos espaços da cidade por meio dos usos alternativos e passíveis da vontade da população, percebe-se, portanto, que se multiplicam as possibilidades de reunião entre pessoas e se alavancam as maneiras de haver uma construção do pertencimento da sociedade ao espaço livre público quando são observados os agentes ou identidades, assim como as experiências urbanas que advêm de necessidades reais.

Tais exemplos mencionados reforçam que “lugares banais, lotes abandonados, estacionamentos ou calçadas procuram a sua identidade na multiplicidade de atividades temporárias que acolhem” (Pereira, 2011, p. 91). Desta maneira, diferentes configurações espaciais podem acabar se convertendo em principais pontos de reunião, onde a constante mutabilidade social, estética e política é capaz de os usar, interpretar e lhes dar sentido.

Destoando da centralidade da cidade, onde ainda se percebe um esforço na criação de espaços públicos livres, as áreas destinadas à expansão da cidade são ainda mais atingidas pela carência destes ambientes que visam o lazer e a vivência coletiva, validando os apontamentos feitos acerca da má distribuição destes espaços.

Sendo assim, a prática espacial, para Lefebvre (2006, p.68) “engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão.” As práticas espaciais, portanto, são produtos da vivência e percepção do espaço pela sociedade ou pelos indivíduos em suas relações. O conceito associa desta maneira, a “realidade cotidiana” e a “realidade urbana”.

Compreende-se que a percepção do espaço garante a continuidade das relações socioespaciais e as práticas espaciais abrem caminho para o espaço da representatividade e tradução do conjunto de necessidades sociais e urbanas. Para Lefebvre (2006), o espaço da representação, exprime as experiências vividas e nessas vivências, pode ser o ponto de partida para qualquer discussão que pretenda promover alguma transformação do urbano.

Então, é imprescindível inferir quais práxis são predominantes nos lugares, quais as “convergências simbólicas” e as experiências partilhadas nesse processo de edificação ou reconstrução do público no espaço das cidades. E, para além, verificar este cruzamento de vários espaços e atividades convergem para a redefinição das condições da sociedade, sendo capazes de conferir uma nova forma à cidade.

Os espaços de uso genuinamente públicos de Macapá diluem-se por todos os cantos da cidade, lado a lado com os espaços públicos habituais, gerando raízes se estendendo no território. Desta forma, muitas vezes, o espaço público da cidade não está só onde é esperado. É preciso notar, portanto, que estes espaços improváveis, mas bastante recorrentes, são também portadores de um admirável potencial de renovação de um território sempre expectante e que anseia mudanças.

Ainda, na realidade urbana atual, se percebe que alguns espaços coletivos criados pela própria população não estão intrinsecamente vinculados à proximidade com o Rio Amazonas, como os equipamentos e pontos de lazer configurados na orla de Macapá tendem a fazer e trazem, ainda, cargas simbólicas não observadas anteriormente. As necessidades verificadas também apontam para práticas que podem estar desconexas e não restritas à conexão com o rio.

A prática urbana aponta uma diversidade de maneiras que os espaços públicos livres são construídos em Macapá, com diversas dimensões e características, traçando então um perfil de perspectiva multiuso, pois possuem desde playgrounds a campos de área e espaços de contemplação, além de uma arborização não acentuada, que implica na falta de conforto ambiental para que os espaços sejam utilizados em mais períodos do dia.



Nos espaços públicos aqui elencados se verifica uma multiplicidade de atividades que são realizadas, que vão de atividades esportivas ao lazer e contemplação, contudo, pouco se notou na setorização destes um lugar reservado para o desenvolvimento de atividades culturais, denotando uma segregação de enfoque projetual voltado à esta causa pela ausência de palcos, canchas acústicas ou outros elementos que promova o desenvolvimento de eventos culturais em espaços próprios, embora estes espaços públicos livres acabem por se tornarem receptores destes eventos de forma espontânea a partir da apropriação da comunidade local por meio das feirinhas, dos pequenos shows itinerantes e outros. Dito isto, é importante salientar que futuros projetos de espaços públicos devem se atentar às novas atividades que surgem no espaço urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, elaborada a partir de uma análise sobre os espaços públicos de Macapá, mostrando suas características, usos e apropriações, foi possível observar que as mudanças oriundas do processo de expansão urbana da cidade, principalmente, no que concerne à expansão da malha urbana, evidenciaram o surgimento de novas práticas sociais nos espaços públicos da cidade.

Constata-se que as diversas formas de configurações espaciais, dentre elas, o espaço público, além de ser um elemento que compõe a morfologia da cidade, pode reunir e acolher seus usuários. Logo, o espaço público também é um elemento democrático e se torna um palco aberto às construções sociais. O espaço público, assim, concede protagonismo social na construção do espaço urbano, sendo vital para a expansão das cidades.

Foi possível comprovar que devido à expansão urbana acelerada de Macapá, não houve a efetivação de políticas públicas voltadas aos espaços públicos da cidade, ou seja, as ações foram muito rasas para abarcar as reais demandas desses locais, deixando de lado as necessidades sociais que estão voltadas, principalmente, para o convívio e o lazer. Assim, há um afastamento de práticas coletivas e democráticas para se pensar a cidade.

Nos espaços públicos analisados foi possível observar uma multiplicidade de atividades neles realizadas, que vão desde atividades esportivas ao lazer e contemplação, contudo, pouco se notou ações efetivas para conduzir a mudança de usos, visando contemplar as demandas da comunidade local. Dito isto, é importante salientar a importância de ações futuras em incluir as novas atividades que surgem no espaço urbano.

A partir do aspecto local de uma urbanização singular no contexto urbano amazônico, verificou-se o surgimento de novos usos e problemáticas nos espaços públicos de Macapá, decorrentes da crescente expansão urbana. Logo, observou-se que a dinâmica dos espaços públicos faz com que a cidade seja continuamente produzida e modificada pelas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

ALEX, S. **Projeto da Praça**: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.

AMARAL, M. D. B. Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá e Macapá. São Paulo: USP/FFLCH/PPGEO,



2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2005.

CORRÊA, K. M. A. **O mercado imobiliário por loteamentos fechados como impulsionador da dispersão urbana em Macapá, Amapá**. Monografia apresentada à disciplina AQ107C Expansão Urbana do Programa de Pós-graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Universidade Estadual de Campinas, 2021.

GATTI, S. Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto. **Coordenação do Programa Soluções para Cidades**. São Paulo: ABCP, 2013.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I, E; GOMES, P.C. C; CORREA, R.L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.p.19-41.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=16&dados=6>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 1990**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n6_caracteristicas_populacao_domicilios_ap.pdf. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2016**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 24. ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada em Macapá 2019**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso em: 24. ago. 2020

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ed Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MATOS, F. L. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades. O caso da cidade do Porto. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, 2010.

NOGUEIRA, J. **La Ordenation urbanística: conceptos, herramientas y prácticas**. Barcelona: Electra, 2003.

OLIVEIRA, T. A. **Mapeamento e levantamento fotográfico nos espaços públicos de Macapá para trabalho de conclusão de curso**. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, 2021.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.



PANERAI, P. O retorno à cidade. O espaço público como desafio de projeto urbano. In: **Projeto**, n. 173, p. 78-82, 1994.

PEREIRA, J. I. C. **Espaços residuais urbanos**: os baixos de viaduto. Dissertação de mestrado (Arquitetura). Coimbra: Departamento de Arquitectura, 2011.

PEREIRA, R. A. **Expansão e Planejamento Urbano em Macapá**: O Caso da Gleba Infraero. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) - Santana-AP: UNIFAP, 2013.

PMM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Macapá**. Macapá, 2004.

SILVA, E. C. da. A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial. **Ciência Geográfica**, v.21, Bauru, 2017. p. 428-441, 2017.

SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Macapá: Ana Cláudia Machado de Souza, 2014.

SOUZA, N. M. B. de. Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus. 285f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: **Expressão Popular**, 2007.

TOSTES, J. A. Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional. Rio de Janeiro: **Publit**, 2011.